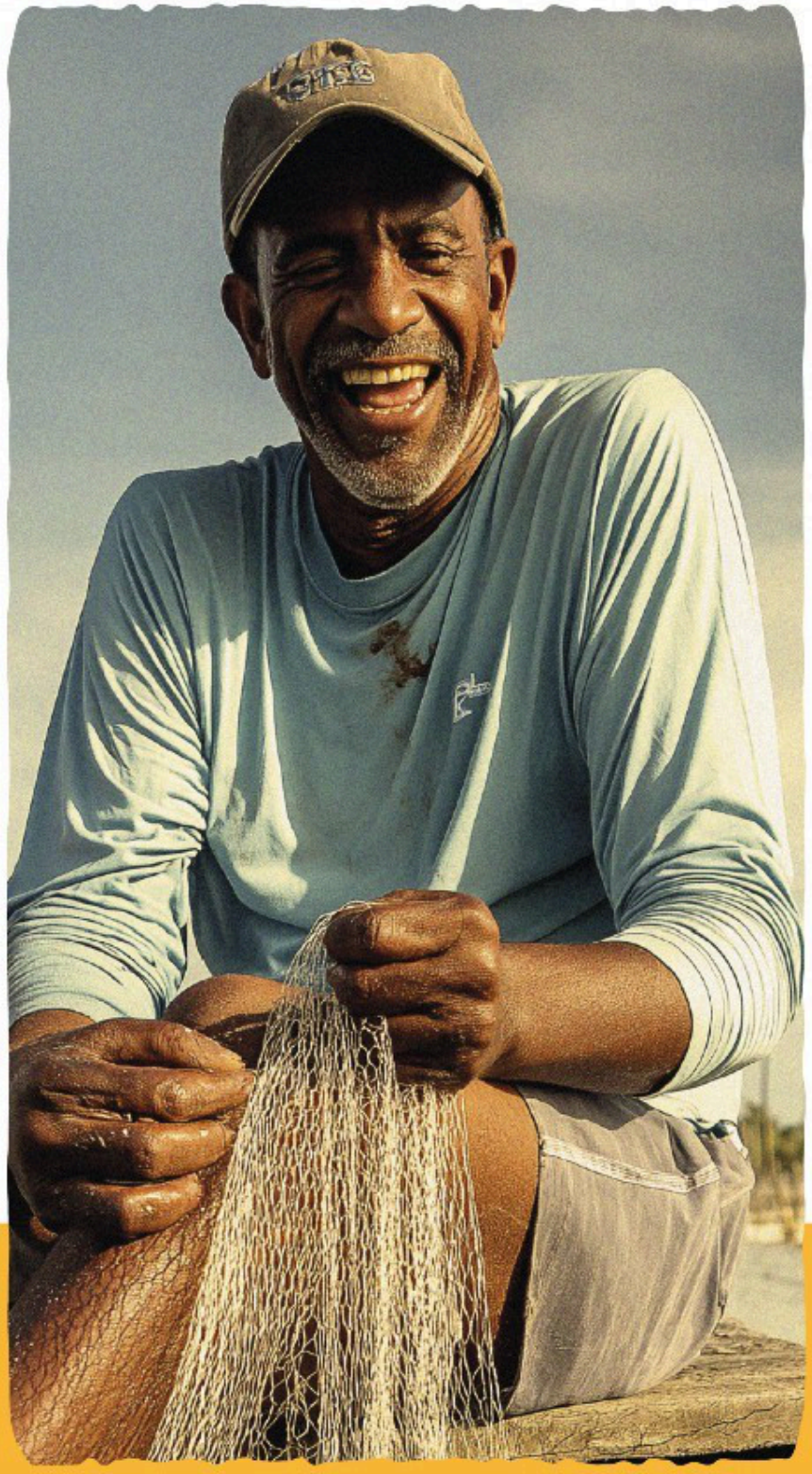
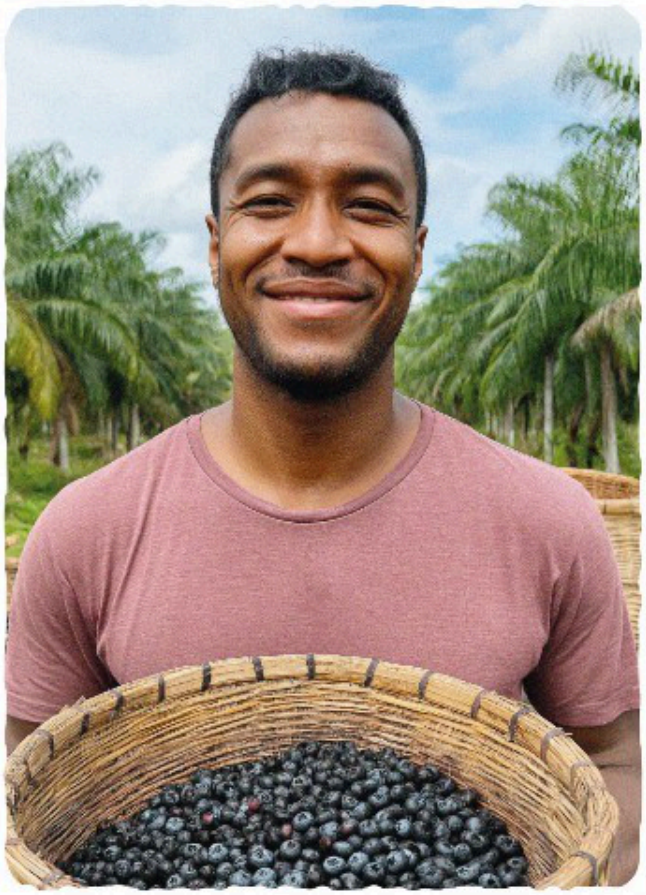
BOLETIM TRIMESTRAL SOCIOBIOMAIS

PINHÃO

Edição 2/2026 – abril a junho











Boletim da Sociobiodiversidade - Pinhão

Edição 2/2026 – abril a junho.

A publicação trimestral pela Conab dos Boletins da Sociobiodiversidade, configura uma importante fonte primária para a elaboração do Relatório Anual do Extrativismo. Nesta publicação apresenta-se o panorama do Pinhão, com a análise das variações dos preços recebidos pelo produtor, dos custos de produção e do acesso ao Programa SocioBio Mais em 2026 e a inter-relação com as demais políticas públicas relacionadas ao produto.

1. Produção

O extrativismo sustentável das Araucárias tanto contribui para a preservação dos fragmentos de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, quanto tem o potencial de complementar a renda familiar das comunidades e populações tradicionais.

A ameaça de extinção da Araucária nativa, impõe a necessidade da mobilização dos órgãos ambientais e dos centros de pesquisa e inovação, para o desenvolvimento e o plantio de espécie com material genético de alto padrão regenerativo e de propagação, para a implantação e o manejo de áreas de produção de Pinhão, com matrizes de diferentes épocas de produção e tipo de pinhão, resultando em aumento de sua oferta e da renda aos agricultores(as) familiares e aos trabalhadores da floresta.

As informações divulgadas pelo IBGE através da PEVS 2024 (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura), apontam para a produção de 13.341 toneladas de Pinhão, e registra o incremento de 10,01% na safra, na comparação com o levantamento anterior em 2023.

A Araucária ocorre nos estados da Região Sul, Minas Gerais e São Paulo, com destaque para a produção no Paraná (35%), Santa Catarina (28%) e Minas Gerais (24%). Distingue-se no processo extrativo do Pinhão, a participação de agricultores(as) familiares com forte senso de pertencimento e identidade territorial.

A representação das principais regiões produtoras do Pinhão, esta alinhada a definição das praças de coleta de preços e do levantamento de Custo de Produção, que por sua vez, sinaliza o nível de organização produtiva e o potencial de comercialização do fruto.

Nesse contexto, a Conab realiza a coleta em nível de preço pago ao produtor nas praças distribuídas pelos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto aos Painéis técnicos para o levantamento dos custos de produção, que tem periodicidade trienal e com a atualização anual, estes ocorrem nas áreas de abrangência de Delfim Moreira/MG - que teve o Painel de Custos de Produção realizado no mês de abril - e ainda, Guarapuava/PR e São Joaquim/SC.

Com a produção no 2º trimestre do ano, as informações trazidas refletem a análise do comportamento dos preços pago ao produtor extrativista do Pinhão em 2026 em comparação ao mesmo período de 2025, com a participação dos técnicos em campo no curso da safra.

2. Análise

A Portaria MAPA nº 868, de 1º de dezembro de 2025, estabeleceu o Preço Mínimo para o Pinhão na Safra 2026, com os Preços Mínimos regionalizados para a região Sul em R$ 4,63 e aos estados de Minas Gerais e São Paulo o preço de R$ 3,33, e representa o incremento de 4,04% em 2026 para os estados da região Sul, e de 13,27% aos estados de Minas Gerais e São Paulo, quando comparados ao ciclo anterior.

A variação nos preços recebidos pelos extrativistas do Pinhão apresentam grandes oscilações durante o período de safra, em grande parte devido à falta de estrutura dos Arranjos Produtivos Locais nos principais estados produtores, como Minas Gerais e os estados da Região Sul.

Cabe destacar, contudo, que a coleta de preços é realizada pela Conab em praças pré-definidas, a partir dos dados de produção e a decorrente comercialização, o que pode não capturar as nuances dos mercados locais.

Nesse sentido, reforça-se a importância de ampliar a difusão do Programa Sociobio Mais, bem como, de promover ações de orientação e internalização dos processos de comercialização formal da produção extrativista com efetividade e valorização dos serviços ambientais no território.

A produção de Pinhão ocorre no período de abril até julho. Os estados da Região Sul, concentram cerca de 70% da produção nacional, e sazonalidade na produção traz forte movimentação dos preços, associado ao período de entressafra e a consequente redução na oferta do fruto.

Tabela 1. Comparativo do Preço pago ao produtor, por estado e Preço Mínimo - 2025/2026 (R$/kg)

Estado	2º trimestre de 2025			2º trimestre de 2026		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
Minas Gerais	5,25	5,65	6,13	6,19	5,84	5,67
Preço mínimo MG/SP	2,94	2,94	2,94	3,33	3,33	3,33
Paraná	7,13	7,25	7,60	7,92	8,04	6,35
Santa Catarina	7,86	5,50	5,60	8,36	7,35	8,61
Rio Grande do Sul	6,23	6,97	6,92	7,92	7,69	7,89
Preço mínimo Região Sul	4,45	4,45	4,45	4,63	4,63	4,63

Fonte: Conab (2026)

A demanda consumidora sustenta a condição de preços acima do Preço Mínimo ocorra durante todo o período da safra nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo à exceção Minas Gerais, que destoa das demais praças produtoras, pois sua relevância está no escoamento da produção local para os centros de abastecimento e beneficiamento nas praças consumidoras.

É importante ter em análise, que os fatores climáticos como as estiagens prolongadas, podem implicar a mortalidade das plantas, e por vezes sacrificar os projetos de restauração e conservação florestal, por vezes exigindo como resposta o replantio de novas mudas na época das chuvas.

A assimilação por parte dos agricultores dos conceitos gerais de manejo sustentável, são tarefas contínuas e de instrumentalização produtiva.

Na esteira de qualificar as informações apontadas pela órgão estatístico, a Companhia tem atuado em coordenação com IBGE, para a troca de informações e acuramento dos levantamentos em campo e nas praças de coleta e comercialização do fruto.

Com o Pinhão na pauta da sociobiodiversidade (Programa Sociobio Mais), as ações na área de agroextrativismo ganham relevância e importância ecológica e socioeconômica, com potencial para alavancar a comercialização e promover a inclusão de pequenos agricultores no arranjo produtivo.

3. Conclusão

Os desafios encontrados para a transição para o manejo sustentável da Araucária nas florestas naturais, esbarra na falta de maior organização e articulação por parte dos agricultores e demais atores locais.

Neste cenário, não se deve desprezar a escassez de oportunidades de renda para mulheres na agricultura familiar, combinadas à baixíssima remuneração na propriedade rural. Portanto, muitos são os esforços dos governos e da sociedade civil, para a inserção de mulheres nas atividades com pinhão nas propriedades rurais, desde as etapas de produção, a colheita, o beneficiamento e a fabricação de produtos com valor de mercado agregado, estes são exemplos de alternativas encontradas por grupos de mulheres no espaço rural.

Em termos de estratégia empreendida, tem-se buscado identificar os desafios e as oportunidades, pela promoção da colaboração entre agentes públicos, associações comunitárias, empresas, cooperativas, agências de fomento, bancos e produtores para o desenvolvimento rural sustentável.

Por meio de orientação e ações para comercialização de produtos como Pinhão, as Associações e Cooperativas de mulheres devem receber o incentivo a implantação de unidades de beneficiamento de baixo custo para ofertar o pinhão congelado ao mercado consumidor.

Para tal, a Ater pública pode impulsionar esta jornada, com a dedicação dos recursos humanos e financeiros disponíveis no território. Outrossim, é necessário a devida ênfase à integração com políticas públicas de aquisição de alimento, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como, ao Programa Sociobio Mais (antigo PGPM-Bio).

Quanto à instrumentalização dos agricultores, diversas ações compõem o elenco de abordagens, tais como; manejo da fertilidade e dos desequilíbrios em sistemas produtivos com métodos agroecológicos (pragas e doenças); produção de mudas, enxertia e podas; ciclagens de nutrientes; sucessão dos agroecossistemas, dentre outros, que além de promover a construção de sistemas de produção que unam em equidade produção, segurança alimentar e conservação, na perspectiva de fortalecer novos paradigmas de desenvolvimento, pode contribuir para a discussão sobre a paisagem e o meio rural numa perspectiva holística.

O processo deve contemplar às instituições parceiras e outros interessados, a fim de promover a construção coletiva e o compartilhamento de saberes que favoreça o surgimento de iniciativas análogas, assim como deve se concatenar com as políticas públicas relacionadas à produção em sistemas agroflorestais, em assentamentos rurais e pela agricultura familiar.

Além de promover a construção de sistemas de produção que unam com equidade à produção, a segurança alimentar e a conservação, na perspectiva de estabelecer novos paradigmas de desenvolvimento e contribuir para a discussão sobre a paisagem e o meio rural.

Outrossim, é necessário a devida ênfase à integração com políticas públicas de aquisição de alimento, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como, às políticas dirigidas a cadeia do biodiesel e do Programa Sociobio Mais (antiga PGPM-Bio).

Os desafios encontrados para a valorização da sociobiodiversidade e do extrativismo sustentável, esbarram na falta de organização e articulação por parte dos agricultores e demais atores locais. Neste sentido, a reestruturação da Ater pública é condição central para impulsionar esta jornada.